

## **Desafios do historiador brasileiro face às utopias latino-americanas do século XX.**

**Maria Ligia Coelho Prado**

### **Introdução**

O título da conferência é ambicioso e sugere diversas possibilidades de reflexão. Desse modo, como Ariadne, quero indicar como foi se tecendo e se estendendo o fio que me permitiu superar o labirinto de problemas e dúvidas que rondaram a escrita deste texto. A textura deste fio é a América Latina. Para constituir o novelo, foi necessário ir costurando linhas e fiapos, moldando uma cadeia que tivesse unidade. Nos primeiros corredores do labirinto, um encontro com a utopia socialista das décadas de 1960 e 1970; na segunda marcação, a partir da década de 1980, com a utopia da democracia; mas ao chegar ao Minotauro, tive que enfrentar os desafios do presente.

A matéria prima desta apresentação está diretamente referida ao meu longo percurso como historiadora e professora de História da América Latina Independente. Farei referências específicas à docência da disciplina, porque esta, a despeito de sua importância, nem sempre é lembrada. (Uma ressalva inicial: todos sabem que o Brasil faz parte da América Latina, mas o termo, no Brasil, refere-se aos países de colonização espanhola ou francesa; e é nesse sentido que o estou utilizando). A escolha por ensinar e pesquisar, no Brasil, a História da América Latina supõe, de início, algumas considerações a serem explicitadas. A eleição de trabalhar com um espaço que não seja o nacional implica várias conseqüências. Até mesmo a contingência de ter que explicar porque se desejou tomar a América Latina como objeto de estudo. A escolha mais comum entre os historiadores, como bem sabem, é a pesquisa sobre a História do Brasil. A preferência pela História nacional não é uma característica exclusivamente brasileira. A partir do século XIX, nas sociedades ocidentais, com a consolidação dos Estados Nacionais modernos e a constituição da História como campo de saber e como disciplina escolar, o espaço das Histórias nacionais passou a ser hegemônico, tanto nas universidades quanto na imprensa e no mundo editorial.

Ainda que muito próximas dos problemas que todo historiador enfrenta em seu ofício, as inquietações que sobrecarregam o pesquisador de História da América ganham acréscimos ponderáveis: fontes inacessíveis no Brasil, necessidade de conhecimento da bibliografia do país escolhido, dificuldades para adquirir familiaridade com temas e debates já estabelecidos pela “outra” historiografia. Também é oportuno

ressaltar que a importância do estudo e da pesquisa da História da América Latina demorou a ser reconhecida no Brasil. E mesmo no presente, ainda é extremamente difícil permanecer na rota dos estudos latino-americanos, num país que continua insistindo preferencialmente em olhar para a Europa e para os Estados Unidos, como modelos intelectuais ou parâmetros institucionais a serem seguidos. A América Latina comumente é vista como área menor ou secundária, em que as paixões políticas se sobrepõem ao estudo sério. Assim, o historiador comprometido com a análise das temáticas latino-americanas e interessado em pensar o Brasil nesse quadro mais amplo, necessita de cuidados maiores para afirmar seu trabalho.

### **Primeiro encontro: a utopia socialista**

Para iniciar, um breve comentário sobre o conceito de utopia. Não pretendo discorrer teoricamente sobre tal conceito, nem me deter em reflexões sobre alguns autores importantes que a tomaram recentemente como objeto de estudos, tais como Paul Ricoeur (*Lectures on ideology and utopia*) ou Russel Jacoby (*O fim da utopia. Política e cultura na era da apatia*). Penso que a perspectiva de Karl Mannheim, no clássico *Ideologia e utopia*, publicado em 1929, contempla minha necessidade de operacionalização do conceito. Para ele, a utopia é parte essencial do que nos faz humanos. “Um estado de espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre”. “Esta incongruência é sempre evidente pelo fato de que este estado de espírito na experiência, no pensamento e na prática se orienta para objetos que não existem na situação real.” Mas são “utópicas somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem a se transformar em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem das coisas que prevalece no momento.” Nesse sentido, as utopias podem ser perigosas para o poder estabelecido.

Mesmo assumindo essa definição de Mannheim por considerá-la adequada aos meus objetivos de explanação, não acompanho o autor em suas perspectivas sobre a separação entre engajamento intelectual e engajamento político. Tal proposição está alicerçada em sua visão de que os intelectuais são provenientes de várias classes sociais e podem, por meio da educação, alcançar a neutralidade política e pairar acima dos interesses particulares das classes em oposição. Eles compõem uma camada social, a

*intelligentzia* que, com seu saber, teria condições otimizadas para propor soluções fente às crises políticas. Segundo Mannheim, tal *intelligentzia* deveria fugir das tentações tanto das utopias como do niilismo.

Entretanto, Norberto Bobbio entende que tal fuga se constitui em dois modos dos intelectuais escaparem de suas responsabilidades e se desviarem da passiva contemplação das próprias impotências. Na minha perspectiva, aqui está o cerne de um dos problemas fundamentais por mim enfrentados como historiadora e docente. Resistindo ao niilismo, me inscrevo na tradição gramsciana, da prevalência de uma identidade entre engajamento político e engajamento cultural, na qual não encontra lugar a neutralidade política e ideológica dos intelectuais. E assumindo minhas responsabilidades intelectuais, busco entender as utopias para justamente escapar da passiva contemplação do mundo. Esta visão, creio poder afirmar, se apresenta como marca da minha geração (refiro-me àquela que se formou e começou a ensinar no final da década de 1960 e na de 1970) que também elegeu a dimensão da esperança como sua bússola. A maioria dos então jovens intelectuais/historiadores abraçava as utopias (“um estado de espírito em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre”), sem separá-las do engajamento político. Vivíamos sob a ditadura militar no Brasil, estávamos cercados pelos regimes autoritários da Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai e assumíamos um posicionamento político de esquerda. Os grandes temas políticos que nos animavam passavam por uma perspectiva crítica do capitalismo e, principalmente, das ditaduras. Estabelecia-se uma solidariedade latino-americana criadora de uma identidade política que repudiava o imperialismo norte-americano e aproximava o Brasil dos demais países da América Latina. Estávamos unidos na luta contra a opressão e sonhávamos com um futuro de liberdade e igualdade. A utopia socialista iluminava o futuro.

O momento histórico por nós vivenciado repercutia na universidade e no cotidiano da docência. Aqueles que começaram a ensinar História da América Latina, na metade dos anos 1970, se apoiavam nos trabalhos de cientistas sociais e de economistas. As interpretações que elegiam a teoria da dependência como explicação para a história da América Latina eram predominantes e animavam os debates acadêmicos. Altamente politizadas, essas discussões entendiam que o passado dependente da América Latina explicava o presente e acenavam com a revolução socialista no futuro como possível solução para os problemas endêmicos da América

Latina que podiam ser resumidos no que então se denominava *atraso* ou *subdesenvolvimento*.

Tiveram grande circulação, obras de síntese como *Formação Econômica da América Latina* de Celso Furtado (1968) ou ensaios que abarcavam toda a região como *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* de Fernando Henrique Cardoso e do chileno Enzo Faletto (1970). Nessa mesma linha, mas trabalhando temáticas políticas, liamos *A Formação do Estado Populista na América Latina* de Octavio Ianni (1975). O livro do equatoriano Agustín Cueva, *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina* (1977), com título de inspiração leninista, explicava o mundo da política a partir das estruturas econômicas. Seguindo a perspectiva dominante, a América Latina era analisada como um todo, tomando-se conceitos e categorias a priori para entender as questões e problemas da região.

A revolução socialista foi objeto do livro de Florestan Fernandes, *Da guerrilha ao socialismo. A Revolução Cubana*, publicado em 1975. Até então, não havia, no Brasil, estudos acessíveis sobre sua história, pois Cuba era tema/tabu por determinação da ditadura. O livro apresentava uma síntese da história da ilha, com ênfase na questão do caminho percorrido pelos cubanos para alcançar o socialismo.

Utilizando essa bibliografia em meus cursos iniciais, tratava de temas voltados à história econômica, com ênfase na questão da dependência, do capitalismo, da opressão social e política. Em 1976, o primeiro curso que preparei se chamava “Capitalismo e escravidão”, título emprestado do livro de Eric Williams (publicado originalmente em 1944 nos EUA, e no Brasil em 1975). Na bibliografia do curso, estavam o livro de Octavio Ianni, *As metamorfoses do escravo* e os trabalhos de Eugene Genovese, autor considerado como inovador, pois assumia algumas concepções de Gramsci. Ninguém ainda conhecia, no Brasil, Manuel Moreno Fraginals. (O primeiro tomo de sua obra clássica sobre o engenho e a escravidão em Cuba é de 1964. Os 3 volumes completos são de 1978 e a tradução para o português de 1988).

O ambiente político também ressoava entre os estudantes que demandavam reflexões sobre temáticas especiais. Assim, em 1981, os alunos de graduação solicitaram que eu oferecesse um curso sobre História da América Central, motivados pela Revolução Sandinista na Nicarágua que despertava grande interesse por sua particular combinação entre socialismo e teologia da libertação. Assim, a Nicarágua, de

pequeno, pobre e totalmente desconhecido país centro-americano, se transformava em alvo de curiosidade e em possível exemplo a ser seguido pelos demais países do continente.

Ainda no âmbito das reminiscências pessoais, lembro o pequeno livro editado no México, *História. Para que?*, (1980) organizado por Carlos Pereyra, que se apresentava como texto emblemático desse período. Era uma espécie de versão latino-americana do famosíssimo livro de Marc Bloch. Ao refletir sobre os sentidos da História, Pereyra partia da convicção de que o discurso histórico não se reduz a uma função de conhecimento, pois também possui uma função social. Defendia a idéia de que todo discurso histórico intervém em uma realidade social onde será mais ou menos útil para as forças em luta. Em sua análise, a confiança na vinculação entre conhecimento e ação se apoiava na crença de que a compreensão do passado outorgava condições de conhecer o presente e prognosticar o futuro. A História desempenhava, assim, papel destacado na confrontação ideológica e os historiadores/acadêmicos deveriam compreender que seu trabalho não estava isolado de sua responsabilidade política, não havendo separação forçada entre o saber histórico e o horizonte político no qual era produzido. A História, ao reelaborar o passado, tendia sempre ao futuro, como explicação do passado, nas formas de utopia e mito. (p.131)

### **Segundo encontro: a utopia da democracia**

O fim das ditaduras no Brasil e no Cone Sul repercutiu fortemente no ambiente acadêmico. A experiência cotidiana sob os regimes militares – suspensão dos direitos civis e políticos, censura nas artes e na imprensa, proibição ou limitação da existência de partidos políticos e de eleições, ao lado repressão sumária em que se somaram as prisões, a tortura sistemática e o assassinato de milhares de militantes de esquerda - fez compreender a importância dos direitos humanos e das práticas democráticas. Assim, já no período final das ditaduras (as chamadas “aberturas” ou “transições”), a democracia como valor político ganhou, como nunca antes, espaço e importância crescentes entre as esquerdas.

Nesse mesmo período, a Revolução Cubana – que, de início, havia despertado simpatias e adesões por parte de número expressivo de intelectuais latino-americanos – acumulava um rol de críticas. A política oficial do Estado cubano mostrava-se estrita e

disciplinadora, impondo diretrizes repressivas e perseguindo os que não se curvavam a elas. Editoras, jornais e revistas foram fechados, a produção artística amargou com a censura e os homossexuais sofreram com a discriminação. Os críticos do regime ergueram a bandeira do direito à liberdade de pensamento e expressão e assumiram a defesa da democracia como meta política.

Internacionalmente, nesses anos as práticas autoritárias dos Partidos Comunistas eram denunciadas e os regimes socialistas europeus se desgastavam. A utopia socialista esmaecia.

Assim, os intelectuais de esquerda interrogavam-se sobre a democracia em outros termos e sob uma nova ótica. O cientista político Francisco Weffort, num texto de 1983, *Por que democracia?*, relacionava a democracia com as lutas políticas populares: “Raciocinar sobre a democracia, como a conhecemos no mundo moderno, como se fosse apenas fruto de artimanhas das classes dominantes, é mais do que dar provas de ignorância da história política moderna. É ignorar a história das lutas operárias e populares. Mais grave ainda: é entregar de graça, às classes dominantes avanços democráticos que são dos trabalhadores, ... como conquista, como o sufrágio universal”. (p119)

O intelectual argentino, José Aricó, dava um passo adiante, ligando democracia e socialismo: “... penso que o socialismo está inseparavelmente unido com a democracia. Não se pode pensar uma sociedade nova – pelo menos dentro do ideal socialista – sem por em prática um sistema de participação crescente da sociedade”. (p.246) Esse texto faz parte de um interessante livro que discutia a questão, *Caminos de la democracia en América Latina*, publicado em 1984. O livro reunia uma série de artigos de importantes intelectuais latino-americanos que debatiam a democracia e o ocaso dos regimes militares ditatoriais na região. Pela primeira vez, a esquerda procurava justapor a conquista da democracia com reais possibilidades de transformação social voltada para o bem estar das classes trabalhadoras.

No âmbito da produção historiográfica, outros tempos se abriam e novas questões passavam a ser interrogadas. A partir da década de 1980, a pesquisa histórica se realizava sob a marca da renovação historiográfica impulsionada principalmente pelo diálogo com o marxismo britânico, com os historiadores italianos e com os aportes das correntes dos *Annales* – os tão conhecidos: novos objetos, novos temas e novas

abordagens. A crítica aos estruturalismos, às generalizações e aos conceitos a priori era enfatizada nas salas de aula, nos congressos e nos artigos de revistas da área.

Michel de Certeau em *A escrita da História* ao referir-se à “história objetiva”, afirmava “agora já sabemos a lição na ponta da língua”. Os próprios fatos históricos são constituídos com a atribuição de um sentido; portanto, sem a pretensa objetividade. Os fatos enunciam escolhas que lhes são anteriores. A certeza da verdade se esvanece, pois “a História é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de dar lugar a um futuro.” (p.93)

Em termos das abordagens em relação à História da América Latina, grandes mudanças se processavam. Não era mais possível trabalhar com análises abrangentes e generalizantes referidas a uma América Latina na sua totalidade. Esta se fragmentara em espaços nacionais específicos e em temáticas mais recortadas e diversificadas. Esta mudança acompanhava um movimento amplo de crítica historiográfica às macro abordagens. A micro-história (na concepção de Jacques Revel) buscava construir uma conceituação mais fluida e propor um arcabouço de análise que rejeitava simplificações, hipóteses dualistas, polarizações, tipologias rígidas e características típicas. (p.160)

Para voltar à minha experiência pessoal, o curso que organizei em 1986, sobre a questão das identidades latino-americanas e a construção do “outro” significou adentrar o grande debate crítico em torno das visões eurocêntricas. O livro de Tzvetan Todorov, publicado em português em 1983, *A conquista da América. A questão do outro*, causou impacto e se transformou em referência obrigatória nos trabalhos sobre História da América Latina.

Na discussão sobre os encontros entre o Velho e o Novo Mundos, é preciso salientar a relevância do trabalho do sociólogo cubano Fernando Ortiz, *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*, publicado no início da década de 1940, mas redescoberto nesse período. Ortiz cunhou um conceito, o de *transculturação*, para entender os encontros entre mundos culturais diferentes que se juntaram nas Américas. Mas, enfatizava ele, este conceito implica relações culturais e políticas que não são unívocas; estabelecem-se trocas, ainda que uma das partes seja mais poderosa e exerça seu domínio, fazendo vencedoras suas propostas. Essa perspectiva foi inovadora porque quebrou uma visão linear em que um pólo dominante era o ativo e o outro aparecia

como mero receptor que aceitava as imposições passivamente. Na concepção de Ortiz, essas trocas foram sendo modificadas pelo convívio, alterando sua formulação inicial.<sup>1</sup>

É importante lembrar que Ortiz antecipou algumas das recentes proposições teórico/metodológicas formuladas por um grupo de intelectuais – muitos deles indianos – denominadas como crítica *pós-colonial*. Nessa visão, o discurso colonizador, devido à sua permanência, penetrou nas “sociedades dominadas”, emoldurando posições intelectuais, políticas e econômicas e atravessando as várias dimensões da cultura. Esses teóricos entendem que o conhecimento embora visto como universal e originariamente europeu, não pode ser apresentado como produto exclusivo europeu, uma vez que foi construído com a participação do mundo considerado não-ocidental.

Nos anos 1990, a crítica literária Mary Louise Pratt – que trabalha com o conceito de transculturação de Fernando Ortiz e dialoga com Edward Said – ao estudar os “os olhos imperiais” direcionados para a América Latina e África, afirma que nos encontros entre “metropolitanos e locais” as interações são de ordens diversas, embora a metrópole marque sua centralidade com relação ao “resto do mundo”. Defende a perspectiva de que muitos desses “encontros e desencontros” foram efetivados por sociedades que viviam temporalidades diferentes, fazendo com que se tornassem evidenciados os deslocamentos e as descontinuidades<sup>2</sup>. A análise de Mary Louise Pratt sobre as representações européias do mundo não europeu recupera o sentido “intercultural” dos textos produzidos em “zonas de contacto” que se definem como espaços sociais, onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações assimétricas de dominação e subordinação.

Em sintonia com tais debates, os historiadores brasileiros estudiosos da América Latina encontraram algumas vertentes interessantes de análise. A circulação de idéias e de personagens, a configuração de identidades, as mediações culturais e a produção intelectual foram se transformando em objetos privilegiados por tais estudos. Especialmente depois de 1990, essas pesquisas originais começaram a ser publicadas na forma de artigos e livros. José Luis Beired e eu constamos esse fato depois de fazer um

---

<sup>1</sup> ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar: advertencia de sus contrastes agrarios, económicos, históricos y sociales, su etnografía y su transculturación*. La Habana: Consejo Nacional de Cultura, 1963. (1ª. edição, 1940; edição de 1963, ampliada em 200 páginas).

<sup>2</sup> PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.



amplo levantamento a respeito da produção de historiadores brasileiros, sobre temas da História da América Latina Independente, que realizamos para a elaboração de um verbete para o Dicionário da Pesquisa Histórica no Brasil (org. Rosângela Patriota, Alcides Freire Ramos e J. Guinsburg). Identificamos uma produção -em nível nacional- voltada preferencialmente para os campos da história política renovada, da história da cultura e da história intelectual.

Nos corredores do labirinto, ainda é preciso amarrar alguns fios. As mudanças apontadas e as recentes perspectivas historiográficas (referidas acima de maneira muito sumária) não aconteceram descoladas do movimento da História. Nas sociedades brasileira e latino-americana surgiram movimentos sociais que deram forma a uma série de reivindicações políticas, pondo em cena novos sujeitos históricos. A emergência das lutas das assim chamadas “minorias” desvendou identidades soterradas e jogou luz a questões até então descartadas. O renovado olhar crítico provocou inversões notáveis, com deslocamentos do poder instituído e de hierarquias constituídas e estabelecidas. Promoveu a afirmação das diferenças (de credo, de opinião, de costumes), a defesa da cidadania inclusiva e a valorização dos direitos específicos de grupos subalternos. Ao lado, das “tradicionais” relações de classe, enfatizavam-se as questões étnicas, de gênero, de sexo, que passaram a dividir, nos últimos anos, espaço com temas ecológicos, da defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

### **O Minotauro: os desafios do presente**

Sobre inquietações e desafios do historiador, há sempre muito a dizer. E aquele que escolheu, no Brasil, pesquisar e ensinar a História da América Latina tem uma agenda bem mais cheia. Porém, vou me ater a apenas alguns pontos.

Um primeiro desafio consiste na consolidação do campo de pesquisa de História da América. O crescimento do número de historiadores brasileiros especialistas em temas da história da América Latina, nos últimos 20 anos, é indiscutível. Porém, há diferenças substantivas que precisam ser assinaladas entre nossa área e a de História do Brasil. Esta se encontra plenamente estabelecida, tendo construído uma historiografia com temáticas, problemas e interpretações que se constituem em referências inevitáveis para quem inicia uma pesquisa sobre História do Brasil. Não há como fugir a certos

debates bibliográficos sobre a independência, o império, a república, a escravidão, a imigração, a Era Vargas, a ditadura militar, para citar apenas alguns. Nós que trabalhamos com América Latina nos encontramos num entre-lugar (para lembrar a expressão cunhada por Homi Bhabha), pois precisamos dialogar com a historiografia brasileira, com a latino-americana e, em termos amplos, com a internacional. Além disso, temos um lugar de menor visibilidade, maior instabilidade e que exige mais trabalho e sólida formação do jovem pesquisador.

Mas encontramos também outras possibilidades auspiciosas. Temos nos voltado a pensar o Brasil na América Latina, propondo comparações (na linhagem proposta por Marc Bloch: “a unidade do lugar é apenas desordem; somente a unidade do problema apresenta um centro”); pensando em histórias conectadas (como indicado por Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinski: as histórias são múltiplas, plurais, estão ligadas entre si e podem se comunicar uma com a outra); e adentrando as abordagens da história transnacional que propõe romper com a idéia e o espaço da nação como marco fundamental de análise (a História Transnacional se materializa na preocupação central com movimentos e circulações; o método transnacional deve ser construído pelo movimento entre lugares e regiões e não simplesmente abordar o processo histórico que acontece em diferentes lugares).

Igualmente, temos optado por trabalhar com objetos e fontes estimulantes: revistas, música, cinema, fotografia, relatos de viagens, pintura, cartilhas de leitura, apenas para nomear alguns.

Pesquisar, escrever, ensinar: esta é a nossa tarefa. Um pequeno testemunho: no último mês de abril, no Encontro de Ensino de História, em Florianópolis, chamou-me a atenção o depoimento da Profa. Ivonete da Silva Souza responsável pela disciplina de Estudos Latino-americanos, no Colégio de Aplicação da UFSC. Ela relatou o seguinte fato: que os estagiários que chegavam, muito entusiasmados, para dar aulas de história da América Latina, quando se deparavam com os temas do século XIX, discorriam por uns dez minutos sobre os países de colonização espanhola e depois, por falta de conhecimentos, voltavam para a História do Brasil, em que se sentiam confortáveis. Isto significa que, no Brasil, ainda não há um conhecimento difundido e amplamente divulgado sobre a História da América Latina; assim como há ausência de materiais didáticos para o ensino médio.

Este exemplo nos leva ao próximo desafio: entender o não lugar da História da América no ensino médio. A comparação com o êxito recentemente alcançado pela História da África nos parâmetros curriculares nacionais merece atenção. A História da África por lei passou a ser disciplina obrigatória nos diversos níveis de ensino. Vitória fortemente legitimada e amparada pelos movimentos sociais protagonizados pelos afro-descendentes no Brasil. Nos últimos anos, também tem sido discutida a relevância da história indígena. São tendências importantes que revelam uma mudança de direção do olhar do historiador. Mas, nessa moldura, por que a América Latina também não se efetivou como disciplina no ensino médio, mesmo já tendo integrado as grades curriculares no passado? Não tenho uma boa resposta para a pergunta. Mas pergunto: no Brasil, a “época de ouro” da América Latina, - entre 1960 e 1985 – foi ultrapassada? O tempo da solidariedade política latino-americana que nos uniu tão fortemente durante esse período eclipsou-se? A velha marca político-ideológica dos estudos latino-americanos transformou-se em elemento pouco atrativo para a concretização da proposta da disciplina de história da América nos tempos despolitizados que correm?

Interessante observar que o Mercosul incentivou o ensino do espanhol, mas não patrocinou a disciplina da História do continente. Além disso, o Brasil parece ter se descolado dos demais países da América Latina, pois agora o brasileiro médio tende a pensar que o Brasil, diferentemente dos demais países latino-americanos, deu muitos passos à frente em termos de crescimento econômico e pode servir de modelo aos demais.

Para finalizar, entre desafios e utopias, gostaria de voltar ao início desta fala. Como disse Mannheim, a utopia é parte essencial do que nos faz humanos; desse modo, sigo em busca delas. Sem a clarividência dos anos 60 e 70, mas sim com dúvidas e incertezas que me parecem salutares porque significam novos desafios.

O modelo atual da universidade brasileira que consagrou a despolitização do saber como valor positivo e impôs exigências que conduzem seus docentes a se voltarem exclusivamente para a própria carreira, para um individualismo exacerbado e para uma competição extenuante assemelha-se a um labirinto. Como sair dele? Agarrando-me ao novelo de Ariadne, quero chegar ao ar livre para respirar. Desejo olhar para o horizonte e tentar enxergar esboços ainda que mal alinhavados de utopias: com distanciamento crítico procurar entender o mundo e não deixar de acreditar que

ainda vale a pena se bater contra todas as formas de discriminação, de injustiças e de impunidade na busca da cidadania plena, do conhecimento compartilhado, da preservação do meio ambiente. Mas há que ter paciência, pois sabemos que as idéias dão frutos em tempos longos, que não coincidem com os tempos das ações dos políticos.